



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3632, DE 2023

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para impor a obrigação de prestação de serviços de segurança armada nas escolas da rede pública e privada da educação básica de ensino.

AUTORIA: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR CLEITINHO
PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para impor a obrigação de prestação de serviços de segurança armada nas escolas da rede pública e privada da educação básica de ensino.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para impor a obrigação de prestação de serviços de segurança armada nas escolas da rede pública e privada da educação básica de ensino.

Art. 2º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 12-A:

“**Art. 12-A.** É obrigatória a presença nas escolas públicas e privadas da educação básica de, ao menos, um profissional de segurança, portando arma de fogo, treinado e qualificado para agir preventivamente e evitar ameaças à segurança de alunos, professores e funcionários.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A prática de atos violentos em escolas, infelizmente, tem ocorrido diariamente mundo afora. No Brasil, tem havido um aumento progressivo do número de ocorrências a partir de 2019. Entre 2002 e 2019, foram registrados sete atentados e, nos últimos quatro anos, de 2019 até





SENADO FEDERAL

SF/23306.33245-01

2023, foram 17. Somente nos primeiros quatro meses de 2023, ocorreram seis casos, mesmo número registrado em todo o ano passado¹.

Recentemente, em Blumenau/SC, um criminoso invadiu uma escola armado de uma machadinha e matou quatro crianças; em São Paulo/SP, um adolescente de 13 anos matou uma professora a facadas em uma escola estadual.

Não podemos continuar a testemunhar passivamente esses massacres. Se essas escolas estivessem protegidas por seguranças armados possivelmente não teríamos tantos pais brasileiros chorando a morte de seus filhos.

A presença nas escolas públicas e privadas da educação básica de, ao menos, um profissional de segurança, portando arma de fogo, treinado e qualificado, certamente contribuirá para a prevenção e a proteção contra esses ataques hediondos.

Cientes da presença do segurança, os potenciais criminosos terão mais receio de realizar os atos violentos. Professores, alunos e funcionários se sentirão mais seguros. Além disso, o agente de segurança poderá controlar a entrada de certos bens nas escolas, revistando alunos, mochilas, sacolas e malas onde possam ser escondidos armas e explosivos.

Por outro lado, se ainda assim se aventurar a atentar contra as crianças, o criminoso sofrerá resistência eficiente por parte do agente de segurança.

Certo da importância desse projeto para a segurança de nossas crianças, conto com os votos dos ilustres Parlamentares para a sua aprovação.

¹ Instituto Sou da Paz. Raio-X de 20 anos de ataques a escolas no Brasil: 2002-2023. Disponível em: <https://soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/pesquisas/control-de-armas/as-armas-do-crime/?show=documentos#9574-1>.





SENADO FEDERAL

Sala das Sessões,

**Senador CLEITINHO
REPUBLICANOS/MG**



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro - 9394/96
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>